

Faça sua sugestão para o Código de Processo Penal

A comissão de juristas encarregada de elaborar um anteprojeto para o Código de Processo Penal reúne-se hoje e amanhã. Dentre os muitos temas em debate encontram-se a extinção da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior e a limitação do prazo máximo para a prisão preventiva. O colegiado está recebendo sugestões da sociedade pelo site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br. 2

Serys apoia programa de troca de geladeiras

Serys Shessarenko afirmou em Plenário que programa do governo beneficiará o meio ambiente, trará economia para a população e ajudará a combater a crise econômica. Redução nas contas de energia de cada família, segundo ela, pode chegar a R\$ 100 anuais. 3

Marisa quer do governo mais ação contra a crise

“O momento exige medidas efetivas, menos discurso, menos palanque e mais realismo”, afirmou Marisa Serrano, ao cobrar do governo federal ações contra o aumento do desemprego e a queda da produção em setores estratégicos para o país. 3



Comissão de juristas, que realiza a oitava reunião de trabalho, já recebeu da sociedade 351 contribuições, das quais 343 foram enviadas por e-mail

Interlegis vai pesquisar o perfil dos vereadores

“Nós queremos conhecer quem é o político, o vereador eleito. De onde ele vem, quais são suas propostas, aonde ele pretende chegar.” A afirmação é da coordenadora do Censo do Legislador, Telma Venturelli. A pesquisa será realizada no segundo semestre deste ano pela Comunidade Virtual do Poder Legislativo – Interlegis. Paralelamente, terá início o 2º Censo do Legislativo Brasileiro. 2



Telma Venturelli: pesquisa visa mapear desempenho legislativo de vereadores

Prazo, duração, tramitação e arquivamento do inquérito policial estão entre os temas que devem ser discutidos hoje e amanhã no Senado

Comissão volta a debater Código de Processo Penal

A COMISSÃO DE juristas responsável pela elaboração de anteprojeto de Código de Processo Penal realizará hoje e amanhã a oitava reunião de trabalho. Nesse encontro, o colegiado voltará a discutir a primeira minuta do anteprojeto do novo código. Entre os temas que terão debate aprofundado pelos juristas, estão os princípios que devem estruturar a investigação criminal, as competências do juiz de garantias, bem como as disposições relativas ao inquérito policial, como prazo de duração, tramitação e arquivamento.

Nas duas reuniões realizadas neste mês (dias 2 e 3), os integrantes da comissão também discutiram a obrigatoriedade da ação penal e o modelo da livre disponibilidade pelo Ministério Público. Trataram ainda das modalidades de ação penal; da ação penal pública condicionada à representação e dos



A comissão de juristas que elabora a minuta do novo CPP deve analisar os princípios que orientam a investigação criminal

crimes contra o patrimônio; da extinção da ação penal privada do ofendido; da extinção da punibilidade pela conciliação entre as partes; e da possibilidade de indenização civil no âmbito do

processo penal.

O colegiado discutiu a extinção da prisão especial para pessoas com diploma de nível superior; a limitação do prazo máximo para as prisões

preventivas, bem como as circunstâncias em que ela pode ser utilizada; e a instituição da figura do "juiz de garantias", que participaria apenas da fase de investigação, não sendo res-

ponsável pela sentença.

Para março, já estão agendadas quatro reuniões – dias 16, 17, 30 e 31. Os encontros acontecerão sempre a partir das 9h, na sala dos consultores da Biblioteca do Senado.

Composta por nove juristas, a comissão foi instalada no ano passado a requerimento do senador Renato Casagrande (PSB-ES) com o objetivo de atualizar o Código de Processo Penal (Decreto-Lei 3.689/41). O texto do anteprojeto que for elaborado pela comissão será apreciado pelos senadores e transformado em um projeto do novo código.

A comissão tem recebido sugestões da sociedade: já foram 351 contribuições, a maioria – 343 – por e-mail. As sugestões podem ser enviadas pelo site www.senado.gov.br/novocpp ou pelo e-mail novocpp@senado.gov.br.

Interlegis prepara-se para realizar Censo do Legislador

A Comunidade Virtual do Poder Legislativo – Interlegis realizará no segundo semestre deste ano, como parte do Programa Interlegis 2, o Censo do Legislador. O objetivo é, por meio de amostragem aleatória, identificar a origem social, econômica e de liderança dos vereadores, sua formação formal e política, bem como historiar sua trajetória política e partidária e mapear seu desempenho legislativo.

– Nós queremos conhecer quem é o político, o vereador eleito. De onde ele vem, quais são suas propostas, aonde ele pretende chegar – afirmou a coordenadora da pesquisa, Telma América Venturelli, funcionária da Subsecretaria de Planejamento e Fomento, do Interlegis.

Paralelamente a esse estudo, que será feito pela primeira vez, terá início o 2º Censo do Legislativo Brasileiro, que aproveitará, na primeira etapa, prevista para 2009, o mesmo universo da amostra do Censo do Legislador – 2.200 câmaras municipais, que terão sua estrutura física, administrativa e funcional mapeada.

Telma Venturelli explicou que as pesquisas trabalharão com duas variáveis: número de muni-

cípios e número de vereadores. Com base em dados como perfil do vereador, a linguagem utilizada por ele, a realidade e as carências da câmara municipal, o Interlegis apresentará uma proposta de modernização do legislativo municipal, por meio de uma "política de negociação e de adesão voluntária" da casa legislativa, destacou a pesquisadora.

Desdobramento

A segunda etapa do programa será realizada em 2010 ou 2011. A escolha da data dependerá, entre outros fatores, da consistência dos dados coletados na primeira fase. Se consistentes, as pesquisas de campo do segundo censo legislativo serão estendidas às restantes 3.362 câmaras municipais somente em 2011, ano em que o Censo do Legislador abrangerá o Congresso Nacional e as assembleias legislativas, com a inclusão de dados sobre deputados estaduais e federais e senadores.

Um ano depois de coletadas, as informações estarão disponíveis a todos os interessados, entre os quais se encontram os próprios legisladores, gestores, juristas, órgãos de planejamento municipais e estaduais e também o setor

não-governamental e privado e a sociedade civil organizada.

Cadeia

Nesse segundo censo, a coordenadora da pesquisa conta com uma equipe de 30 recenseadores e a colaboração mais intensa das câmaras municipais. Porém, a ideia é que os próprios legisladores absorvam as propostas como suas e assumam a gerência do conhecimento, formando uma cadeia de multiplicadores "e, por que não dizer, de solidariedade", sugeriu Telma Venturelli.

– Temos detectado que, por falta de competência técnica e de discussão dentro dos próprios municípios sobre quais seriam as suas vocações, esses municípios copiaram as leis orgânicas de municípios maiores ou mais bem estruturados. Isso gera distorções como o desenho do aparelho de Estado, muito maior do que o município pode comportar ou sustentar.

A proposta do Interlegis, a partir do segundo censo, é identificar essas distorções e, a partir dos dados obtidos e sistematizados, propor políticas públicas nas áreas de saúde, educação, meio ambiente e segurança pública, entre outras,

sempre em comum acordo com as câmaras municipais.

Demandas

O primeiro censo mostrou, segundo Telma Venturelli, a existência de grandes deficiências nas áreas administrativa e de elaboração e controle orçamentário.

– A representação política é muito afetada pela dificuldade de comunicação do legislador com a sociedade em geral – acentuou a pesquisadora.

Para obter melhores resultados no segundo censo, em 2009 os recenseadores já chegarão às câmaras municipais com informações dos repasses de recursos feitos pelas prefeituras às câmaras. Esses números foram obtidos a partir de consulta ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), subordinado ao Ministério da Fazenda.

Um problema para os pesquisadores é que, em sua maioria, as câmaras municipais contam com apenas dois funcionários – comissionados, terceirizados ou cedidos pelas prefeituras.

– Essa é uma grande dificuldade. Fazemos o treinamento e a capacitação, porém o turnover [rotatividade de servidores] é muito grande.



"Queremos conhecer quem é o político", afirma Telma Venturelli

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

O Senado realiza, às 14h, sessão não-deliberativa. Estão inscritos para falar os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e Marco Maciel (DEM-PE).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Adelmir Santana • Serys Slhessarenko

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora da Secretaria Especial de Comunicação Social: Elga Mara Teixeira Lopes

Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Mikhail Lopes
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de imagem: Braz Felix, Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3303-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF.
 CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Serys defende programa federal de troca de geladeiras

O programa de troca de geladeiras que o governo federal pretende implementar a partir de março foi defendido em Plenário pela senadora Serys Slhessarenko (PT-MT). De acordo com a representante de Mato Grosso, o programa beneficiará o meio ambiente, trará economia para a população e ajudará a combater a crise econômica.

Serys frisou que a troca das geladeiras deve gerar uma economia anual de, aproximadamente, R\$ 100 nas contas de energia elétrica das famílias que aderirem ao programa. Outro benefício seria a redução nas emissões do gás clorofluorcarboneto (CFC), prejudicial à camada de ozônio da atmosfera e usado nos aparelhos mais antigos.

– O programa também servirá para o enfrentamento desta crise mundial, gerando empregos para os brasileiros – acrescentou.

De acordo com a senadora, o governo pretende incentivar a troca de dez milhões de refrige-



Para Serys Slhessarenko, iniciativa do governo beneficiará o meio ambiente

radores no prazo de dez anos, concedendo incentivos como juros mais baixos no financiamento para as pessoas de baixa renda que trocaram a geladeira velha. Além disso, informou Serys, aqueles que não puderem comprar o eletrodoméstico poderão participar de sorteios promovidos pelo governo com recursos do Fundo de Eficiência Energética, mantido com cobrança feita diretamente nas contas de energia elétrica.

Senadora pede articulação para agilizar Justiça em Mato Grosso

Serys Slhessarenko (PT-MT) fez ontem um apelo para que o Tribunal de Justiça de Mato Grosso articule-se com o governo do estado, com a assembleia legislativa, com o Ministério Público e com a sociedade mato-grossense com o intuito de tomar medidas para agilizar a Justiça no estado. Na opinião da senadora, é necessário revisar a estrutura de trabalho do Judiciário e reavaliar o funcionamento das comarcas.

– Que se enfrente decididamente esta realidade em que a maior cota de sacrifício cabe sempre ao cidadão comum, ao contribuinte, que arca com todas as despesas, todos os ônus para a manutenção deste Poder Judiciário e dele tão pouco se beneficia – afirmou.

Mencionando reportagem publicada pelo jornal *A Gazeta*,

Serys frisou que tramitam atualmente 660 mil processos nas varas estaduais de Mato Grosso. Além disso, a cada mês são distribuídos entre 2.500 e 3.500 novos processos aos juizes. Para a senadora, uma das principais causas desse problema é o número insuficiente de juizes.

Em apartes, os senadores Adelmir Santana (DEM-DF) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS) saudaram o pronunciamento de Serys. Adelmir Santana lembrou que o problema da morosidade na Justiça é ainda mais grave quando se trata dos processos criminais, pois faz com que pessoas fiquem detidas por mais tempo que o necessário. Zambiasi, por sua vez, observou que a grande quantidade de processos no Judiciário indica que a população brasileira confia na Justiça.

Adelmir Santana comemora reforma da língua portuguesa

Adelmir Santana (DEM-DF) afirmou ontem em Plenário que o acordo ortográfico que vigora no Brasil desde janeiro representará uma nova era para os países de língua portuguesa. Observou que dicionários, livros didáticos ou literários poderão ser produzidos para todas as oito nações em que o Português é a língua oficial: Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Portugal, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

O parlamentar relacionou as simplificações na língua e as vantagens de todos os países escreverem da mesma forma.

– A ortografia oficial definirá os padrões da língua culta para todos eles – exemplificou.

O senador informou ainda que os países de língua portuguesa seguiram o exemplo dos países que se expressam em castelhano. Lembrou que o Brasil, de acordo



Adelmir Santana ressalta vantagens da adoção de vocabulário unificado

com especialistas, será o país que menos sofrerá alterações – apenas 0,5% das palavras serão grafadas de modo diferente do atual. Os demais países devem ter mudanças em 1,6% de seu vocabulário, acrescentou.

Adelmir Santana foi apoiado pela senadora Marisa Serrano (PSDB-MS).

“Se os juros estão altos, Lula critica os banqueiros. Se caem as exportações, culpa os países desenvolvidos. O momento exige menos palanque e mais realismo”, diz senadora

Marisa cobra do governo medidas efetivas contra crise

O ATUAL MOMENTO exige “medidas efetivas, menos discurso, menos palanque e mais realismo”, afirmou Marisa Serrano (PSDB-MS). De acordo com a senadora, o governo Lula preocupa-se “demasiadamente” em adotar medidas que, “sem atacar devidamente os problemas econômicos causados no país pela crise financeira mundial, visam mais a eleger um sucessor nas eleições de 2010”.

– O mundo está perplexo, contendo despesas e elegendo prioridades. Aqui no Brasil, o governo Lula não pode deixar de governar com austeridade e competência só porque tem que plantar um candidato que lhe interessa para a sua sucessão – disse.

Marisa lamentou que os presidentes brasileiros não tenham o hábito de apresentar sua proposta de trabalho no início de cada ano, e comentou o discurso do presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, proferido na terça-feira no Congresso norte-americano, com esse



Marisa Serrano alerta para estimativa de queda na produção de Mato Grosso do Sul

objetivo. A senadora destacou que Obama falou inicialmente sobre “como salvar pessoas e empregos”. Ela criticou a forma pela qual Lula vem enfrentando a crise, baseada, segundo afirmou, na “criação de cortinas de fumaça” e na adoção “da famosa agenda de falar por todos, inclusive fazendo oposição a si mesmo”.

– Se os juros estão altos, o

presidente está lá para criticar os banqueiros. Se as empresas demitem, a culpa é dos empresários insensíveis. Se caem as exportações, a culpa é atribuída aos países desenvolvidos – afirmou Marisa.

A parlamentar alertou para o crescimento de 20,6% do desemprego em janeiro em comparação com dezembro do ano passado. Ela chamou a atenção ainda para as estimativas de queda, em Mato Grosso do Sul, de aproximadamente 15% na produção de algodão, de 5,7%, na de arroz, de 6%, na de milho e de 7%, na de soja.

A senadora comentou ainda matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, na terça-feira, revelando a perda de faturamento no setor sucroalcooleiro de R\$ 10 bilhões nos últimos anos, devido à queda de preços internacionais. “Vamos exportar menos, gerar menos empregos e crescer quase nada”, asseverou.

Zambiasi adverte para desertificação no RS

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) demonstrou ontem preocupação com o avançado processo de desertificação no sudoeste do Rio Grande do Sul. A área atingida, disse o senador, abrange pelo menos dez municípios da chamada “região de campanha”: Alegrete, Cacequi, Itaqui, Maçambará, Manuel Viana, Quaraí, Rosário do Sul, São Borja, Unistalda e São Francisco de Assis.

– Defendem alguns especialistas que o termo correto a ser empregado não é desertificação, fenômeno típico das regiões áridas, e, sim, arenização. O fato é que o seu resultado é muito semelhante àquilo que todos nós costumamos entender por deserto: vastas áreas cobertas de areia e quase desprovidas de vegetação, que já se estendem por cerca de um milhão e meio de hectares – registrou.

A degradação dessas áreas do Rio Grande do Sul, diz o senador,



Zambiasi chama atenção para problema que atinge 1,5 milhão de hectares

deve-se ao “desenvolvimento inadequado” de atividades agrícolas em solos muito arenosos e com frágil cobertura vegetal. Para Zambiasi, entre os primeiros passos a serem tomados, estão a recuperação das áreas degradadas e a proteção das áreas de risco. Para isso, seriam necessárias parcerias entre os governos federal, estadual e municipais.

Outro problema ambiental da região Sul do país, acrescentou Zambiasi, é a ameaça de desaparecimento das florestas de araucária, que estariam reduzidas atualmente a pouco mais de 1% da cobertura original.

– Os esforços para a criação imediata de unidades de conservação das matas remanescentes devem somar-se aos de recuperação de áreas degradadas, bem como aos esforços de fiscalização do cumprimento das leis ambientais – afirmou Zambiasi.

Ele também propôs mais incentivos ao turismo ecológico para ajudar na preservação dos bens naturais brasileiros.

– As questões ambientais não se restringem à luta pela preservação da Floresta Amazônica, por mais importante que seja para nosso país e para o planeta. O meio ambiente deve ser visto de forma abrangente – concluiu o senador.

Tuma propõe benefício para servidor com doença de fígado

Os servidores públicos portadores de doenças graves no fígado poderão ter direito a aposentadoria integral por invalidez, a exemplo do que já acontece com o trabalhador da iniciativa privada, de acordo com projeto do senador Romeu Tuma (PTB-SP). A proposta tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde será votada em decisão terminativa.

O projeto (PLS 450/08) altera o Regime Jurídico Único dos servidores da União, autarquias e fundações federais (Lei 8.112/90). Na justificativa, Tuma

diz que a concessão de aposentadoria aos portadores de hepatopatias graves justifica-se pelas dificuldades enfrentadas no tratamento e pelas poucas chances de cura.

“O transplante de fígado é um dos mais complicados e o índice de sobrevivência do transplantado é muito pequeno, devido a riscos de rejeição e de complicações após a cirurgia”, explica. O senador também afirma “não ter havido ainda uma evolução significativa no conhecimento científico sobre as hepatopatias graves, cujo tratamento é com-



Proposta de Tuma permite ao servidor público aposentar-se por invalidez

plexo e dispendioso”.

O relator da matéria, Papaléo Paes (PSDB-AP), apresentou um substitutivo que deverá ser votado assim que a CAS reiniciar seus trabalhos.



Raimundo Colombo lembra as perdas durante as chuvas de 2008 e 2009

Programa para recuperar estragos de enchentes

Aguarda a designação de relator, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto do senador Raimundo Colombo (DEM-SC) que autoriza o governo federal a instituir programa para a revitalização das áreas atingidas pelas enchentes de 2008 e 2009. A proposta, que ainda não recebeu emendas na CCJ, também será analisada pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

De acordo com o texto, caberia ao governo federal definir os projetos a serem beneficiados pelo programa; viabilizar os recursos tributários ou fontes de financiamento; gerenciar a ação integrada dos diversos estados; dispor de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e do Banco do Brasil para financiar o programa; e difundir amplamente as formas de acesso ao programa.

Implantação

Aos governos estaduais caberia trabalhar coordenadamente com o governo federal e agir como indutor da implantação do programa. As prefeituras participariam como gerentes das ações e efetuariam o desenvolvimento de políticas sociais complementares. Os beneficiários teriam a obrigação de manter os filhos matriculados em escolas e de zelar pela adequada utilização dos recursos que recebessem.

Colombo lembra o alto grau de destruição e a dispersão de recursos em todo o território nacional que caracterizaram as enchentes de 2008 e 2009.

"Muito ainda terá de ser feito e muitos recursos federais ainda se farão necessários, mas a ideia principal do programa é dar a noção de coesão na implementação das políticas públicas de reconstrução."

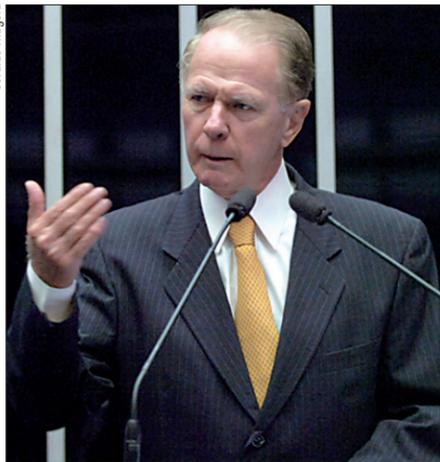
Projeto estende aos contratos para repasse de recursos, celebrados entre administração pública e entidades privadas, as regras aplicadas às licitações de bens e serviços

Seleção prévia pode ser obrigatória em convênios

PROPOSTA QUE TORNA obrigatória a realização de processo seletivo prévio para a celebração de convênios entre a administração pública e entidades privadas está pronta para exame na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O autor do projeto (PLS 724/07), Gerson Camata (PMDB-ES), acredita que a medida contribuirá para inibir práticas contrárias aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência no repasse de recursos públicos.

O projeto estende aos convênios os mesmos princípios e regras já aplicados às licitações públicas para a escolha de fornecedores de bens e serviços – definidos na Lei de Licitações (Lei 8.666/93). Relator, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) apresentou relatório recomendando a aprovação. A decisão da CCJ será terminativa.

Camata discorda da interpretação tradicional de que os convênios diferem dos contratos administrativos e que, portanto, a escolha dos entes com quem o poder público firmará relação não pode ficar sujeita a processo de seleção. Segundo ele, as peculiaridades dos convênios não são suficientes para justificar



Camata ressalta que o TCU já recomendou a adoção de critérios transparentes no repasse de verbas

que fiquem de fora das regras aplicadas aos contratos firmados entre administração pública e entes privados.

"Como se pode falar de observância aos princípios da impessoalidade, moralidade e eficiência quando o administrador pode celebrar convênio com entidade de sua escolha, sem qualquer procedimento objetivo de seleção dentre as diversas entidades que manifestem interesse em celebrar convênio com o Estado?", questiona.

O senador lembra que a necessidade de regras objetivas para escolha de enti-

dades convenientes pela administração pública foi reconhecida pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Em 2006, observou, o TCU havia recomendado à Secretaria do Tesouro Nacional (STN), órgão do Ministério da Fazenda, expedir ato com "critérios objetivamente aferíveis e transparentes" para o repasse de recursos federais a entidades privadas, por meio de convênios e outros instrumentos jurídicos.

Exceção

Para Camata, só se justifica abrir exceção ao princípio da seleção prévia quando os convênios forem celebrados exclusivamente entre entes públicos. "Não faria sentido deflagrar processos licitatórios nos quais competissem, por exemplo, municípios pela obtenção de recursos federais, o que daria razão para conflitos que em nada contribuiriam para a harmonia que deve reinar entre os entes federados", disse o autor do projeto.

Emendas a projeto contra prática antissindical

Encerra amanhã o prazo para apresentação de emendas ao projeto do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) que altera o Código Penal para tipificar práticas antissindicalistas. A proposta estipula pena de detenção entre seis meses e dois anos, além de multa e do cumprimento da pena correspondente à violência, a quem atentar contra a liberdade sindical. A matéria terá decisão terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Segundo o projeto (PLS 36/09), atentar contra a liberdade sindical é impedir alguém, mediante fraude, violência ou grave ameaça, de exercer os direitos inerentes à condição de sindicalizado. Também cometerá crime quem exigir, quando da contratação, atestado ou preenchimento de questionário sobre filiação ou passado sindical.

Da mesma forma, contrairá a lei quem dispensar, suspender, aplicar medidas disciplinares



Valadares é autor do projeto, que será examinado terminativamente pela CCJ

injustas e alterar local, jornada de trabalho ou tarefas do empregado por sua participação na atividade sindical, inclusive em greves. A pena será aumentada entre um sexto e um terço se o trabalhador que sofrer atentado na sua liberdade sindical for dirigente de sindicato ou suplente, membro de comissão ou porta-voz do grupo.

Professor

Em junho de 2007, o Conselho de Administração da Organiza-

ção Internacional do Trabalho (OIT) aprovou recomendações sobre o tema feitas pelo Comitê de Liberdade Sindical, atendendo representação do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes). A entidade brasileira encaminhou o documento ao comitê após professores grevistas terem sido demitidos de universidades brasileiras.

O comitê enviou informe ao governo cobrando a apuração do caso e sugeriu a reintegração dos demitidos, caso fosse constatado o exercício de atividades sindicais legítimas. Valadares explica que o projeto assegura o cumprimento, pelo Brasil, de compromisso assumido internacionalmente de implantar política de combate aos atos antissindicalistas.

O Código Penal já tipifica o crime de atentado contra a liberdade de associação, mas não prevê punição para atos antissindicalistas, diz o senador.



Usuário é duplamente onerado, pois já paga o IPVA, diz Exedito Júnior

Exedito Júnior quer dedução de gasto com pedágio

O senador Exedito Júnior (PR-RO) apresentou projeto que garante a dedução no Imposto de Renda (IR), de pessoas físicas e jurídicas, das despesas com pagamento de pedágio em rodovia federal. A proposta será analisada pelas comissões de Serviços de Infraestrutura (CI) e de Assuntos Econômicos (CAE).

De acordo com o projeto (PLS 37/09), poderão ser deduzidas as despesas com pagamento do pedágio no ano-base até o limite de 80% do valor do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA) efetivamente pago. O benefício incide sobre pedágio cobrado de veículo da propriedade do contribuinte.

Na justificativa da matéria, Exedito Júnior explica que o contribuinte brasileiro passou a ser duplamente onerado após a implantação da política de concessão de rodovias, uma vez que o IPVA, à época de sua criação, foi justificado como uma forma de os usuários das vias públicas contribuírem para sua manutenção.

Compensação

"Esse projeto tem o objetivo de atenuar o problema, compensando no IR parte da despesa incorrida no uso de rodovias federais pedagiadas. Como o Imposto de Renda é partilhado com estados e municípios, e eles são também os beneficiários da arrecadação do IPVA, o ônus da renúncia de receita será convenientemente distribuído entre os três níveis de governo", argumenta o senador.

Segundo Exedito Júnior, a alíquota, que incide anualmente, alcança entre 3% e 4% do valor do veículo, em alguns estados. O parlamentar ressalta que há, atualmente, mais de 4 mil quilômetros de estradas com pedágios em todo o país.

Batalha do Jenipapo será homenageada pelo Plenário

Será realizada em 11 de março sessão especial em homenagem aos 186 anos da Batalha do Jenipapo, ocorrida em Campo Maior (PI). Durante o confronto, centenas de piauienses, maranhenses e cearenses lutaram contra tropas portuguesas e em favor da Independência do

Brasil. A proposta foi apresentada pelo senador João Vicente Claudino (PTB-PI).

A batalha, ocorrida às margens do rio Jenipapo, em 13 de março de 1823, "foi decisiva para a independência e consolidação do território nacional", argumentou o parlamentar.

João Vicente Claudino lembrou que os brasileiros combateram os militares comandados pelo major João José da Cunha Fidié, encarregado de manter o norte da ex-colônia fiel à Coroa Portuguesa. O avanço dos portugueses rumo a Campo Maior, ressalta, implicou uma

mobilização sem precedentes da população local. Grupos de vaqueiros e roceiros enfrentaram soldados bem armados.

"Jenipapo foi o retrato da bravura de um povo em luta pela liberdade. O episódio deixou um grande legado", afirmou o senador.



João Vicente Claudino: episódio foi decisivo para a Independência